

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9251 | Salvador, segunda-feira, 02.02.2026

Presidente em exercício Elder Perez



ECONOMIA

BC a serviço do ultroliberalismo

A autonomia concedida ao Banco Central pelo governo Bolsonaro tornou o BC em poderosa ferramenta de imposição da agenda

ultroliberal na política monetária do país. O resultado é desastroso: Selic a 15%, dificuldades para o Brasil e sofrimento dos brasileiros. Página 2

Hoje tem
negociação
na Caixa

Página 3



Na Bahia, 95
mil empregos
ano passado

Página 4



Selic alta é crédito caro

Bancos repassam tudo aos clientes. Para pessoa física, a taxa média subiu para 60,1%

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BANCO Central adota uma política monetária predatória e restritiva que, enquanto atende aos interesses dos rentistas e do sistema financeiro, eleva os juros a patamares escandalosos, desacelera e encarece o crédito e contribui para o aumento da inadimplência entre famílias e empresas.

De acordo com o BC, a taxa média de juros bancários subiu 6,5 pontos percentuais ano passado. Ao longo do ano passado, a Selic acumulou alta de 2,25 pontos percentuais e chegou ao nível mais elevado em quase duas décadas. Hoje está em 15% ao ano.

Os bancos repassaram o encarecimento do custo básico do dinheiro. O efeito é em cadeia. No caso do crédito às empresas, os juros médios aumentaram 21,7% ao ano. Para as pessoas físicas, a taxa média saiu de



53,1% ao ano no fim de 2024 para 60,1% ao término de 2025.

Quando se trata das modalidades, a taxa do cheque especial avançou de 134,8% para 138,6%. Já o cartão de crédito rotativo caiu de 451,6% para 438% ao ano.

Ainda segundo o Banco Central, o estoque total de crédito bancário teve um crescimento menor no ano passado, 10,2% contra 11,5% em 2024.

Com o crédito caro, não tem quem consiga honrar os compromissos financeiros. A inadimplência subiu de 3% para 4,1%. Entre as pessoas físicas, a taxa passou de 3,5% para 5%. No segmento empresarial, de 2% para 2,5%.

Saiba o que é phubbing, um vício tecnológico

PHUBBING, o nome pode ser estranho para alguns, mas significa uma ação cada vez mais comum em uma sociedade em ritmo de digitalização alucinantemente. Enquanto a tecnologia avança, as relações sociais parecem desmoronar.

Phubbing, um termo inglês que significa ignorar pessoas socialmente para prestar atenção no celular, é um problema comum, principalmente da geração Z, que hipervaloriza a conexão nas redes sociais, enquanto, enfraquece o vínculo real.



A desilusão pode ocorrer porque muitas vezes a internet é usada como válvula de escape da realidade. As pessoas têm medo de perder as últimas atualizações das redes, entretanto, perdem o mais importante, o compartilhamento de vivências reais.

O celular e a tecnologia, de um modo geral, devem ser usados como um potencializador da comunicação e não para substituir as relações pessoais. Estudos apontam que a interação social é de extrema importância para prevenir depressão, ansiedade, afirmar a construção da cidadania e o aperfeiçoamento da civilidade.

TEMAS & DEBATES

Reducir as taxas de juros

Adilson Araújo*

Estimativas do IBGE indicam que a inflação oficial está em queda e deve fechar janeiro em apenas 0,2%, abaixo do índice apurado em dezembro, de 0,25%, enquanto a expectativa no mercado é de crescimento do PIB neste ano de apenas 1,8%, significativamente abaixo dos cerca de 2,25% projetados para 2025. O comportamento civilizado dos preços das mercadorias e a desaceleração das atividades econômicas revelam a necessidade de reduzir as taxas de juros no Brasil.

Trata-se de um anseio da maioria da sociedade e uma demanda associada ao desenvolvimento nacional que cobra urgência e não deve ser protelada. A dívida pública se transformou no principal meio de valorização do capital operado por banqueiros, agiotas e rentistas no país.

O pagamento de juros a favor desta casta de parasitas consome, agora, mais do que a metade do orçamento público e configura uma brutal transferência de renda do conjunto da sociedade para os rentistas. Quem paga a conta no final do jogo é o povo brasileiro, uma vez que isso é feito sacrificando investimentos públicos e o desenvolvimento nacional.

Um paraíso para agiotas estrangeiros e nacionais, com a Selic a 15% ao ano, o Brasil pratica atualmente a segunda taxa real de juros mais alta do mundo. Some-se a isso as taxas absurdas cobradas pelos bancos a empresas e consumidores a título de spread. Os juros do cartão de crédito, especialmente o rotativo, superam 450% ao ano, uma agiotagem institucionalizada.

A acumulação e expansão do chamado capital fictício por via dos juros em nada contribuem para o desenvolvimento nacional e, pelo contrário, condena a economia brasileira aos chamados voos de galinha (com ciclos de baixo crescimento ou estagnação) ao enfraquecer o mercado interno, restringindo tanto o consumo quanto os investimentos.

Com a capitalização parcial dos juros, o estoque da dívida cresce feito bola de neve, a despeito dos cortes recorrentes nas despesas públicas.

O Brasil finalizou 2025 com a dívida pública atingindo o recorde histórico de R\$ 8,5 trilhões, o equivalente a 78,3% do PIB, ou seja, de todo o valor adicionado à economia nacional ao longo de um ano.

As estimativas indicam que, alavancadas pela Selic, as despesas líquidas com juros no Brasil em 2025 devem superar R\$ 1 trilhão, o que representa cerca de 8% do PIB no fechamento do ano.

*Adilson Araújo é presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

*Artigo completo no site

Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Negociação, hoje

Sindicatos solicitam e banco marca a reunião para logo mais. Super Caixa na pauta

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

TEMAS que causam insegurança, pressão e mudanças no dia a dia de trabalho dos empregados da Caixa estarão no centro da mesa de negociação que acontece hoje, entre a direção do banco e a CEE (Comissão Executiva dos Empregados).

Na pauta estão assuntos que impactam diretamente a rotina nas agências, como o Super Caixa, o projeto piloto de migração de função de caixas executivos para auxiliares, problemas na concessão de crédito consignado e as dificuldades enfrentadas na plataforma de atendimento a pessoas jurídicas (PJ).

O pedido de negociação surgiu após a implantação de mudanças sem diálogo prévio com o movimento sindical, ferindo



o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). A cláusula 49 prevê que qualquer mudança organizacional, reestruturação, alteração de função ou projeto que impacte as condições de trabalho deve ser debatido antes de ser colocado em prática.

Para os representantes dos trabalhadores, não se trata de ajustes pontuais, mas de mudanças profundas na organização do trabalho, que aumentam a pressão sobre as equipes e levantam preocupações relacionadas à saúde e à segurança dos empregados.

Ação do Itaú sobre o intervalo intrajornada

O SINDICATO dos Bancários da Bahia esclarece alguns pontos sobre a ação coletiva nº 0001140-47.2012.5.05.0014, ajuizada em 2012, que trata do intervalo intrajornada (almoço) no Itaú.

O processo beneficia os funcionários com carga horária diária de 6 horas que ultrapassaram a jornada além dos 10 minutos de tolerância e não usufruíram 1 hora de intervalo para descanso e alimentação.

A ação encontra-se na fase de execução. Para dar mais agilidade, a Justiça determinou o desmembramento em vários novos processos, com 10 empregados cada, o que explica a existência de vários números de ações em varas distintas.

Neste momento, o Departamento Jurídico está contatando apenas os empregados que a Justiça está solicitando a apresentação de documentos. O contato só é feito quando há determinação judicial a ser cumprida, dentro da ação em que cada um se encontra.



Banco do Brasil precisa explicar reestruturação

O SINDICATO dos Bancários da Bahia sabe que todo processo de reestruturação impacta na vida do funcionalismo. Para entender de que forma as mudanças vão afetar os trabalhadores, os diretores da entidade, da Federação da Bahia e Sergipe e do Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista se reuniram, na quarta-feira, com o gerente geral da GEPES do BB II, Gutierre Santiago.

Segundo o representante do BB, as alterações fazem parte na nova estratégia da empresa, que anunciou a criação de mais de 1.100 novas funções comissionadas. Nas agências nível F, serão criadas 75 vagas, desta forma, as unidades passarão a ter dois comissionados. Vale frisar que o programa

não foi apresentado nem negociado previamente com as entidades sindicais.

Os sindicatos ressaltaram que a reestruturação altera a quantidade de funcionários de várias agências. Umas ganham e outras perdem trabalhadores, criando excedentes e gerando preocupações quanto ao risco de movimentações compulsórias.

O movimento sindical se preocupa com o trabalhador não comissionado, que pode perder a vaga e ser transferido para uma agência mais distante. A cobrança foi que este tipo de situação não aconteça. O Sindicato e a Feeb vão continuar acompanhando de perto a reestruturação para que os trabalhadores não sejam prejudicados.



No top três em empregos

O Estado terminou o ano de 2025 com quase 95 mil vagas

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A BAHIA fechou o ano em alta no mercado de trabalho e garantiu lugar no *top 3* dos estados que mais geraram empregos com carteira assinada no Brasil, segundo o Caged (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados).

Em 2025, o Estado criou 94.380 novas vagas, alta de 4,41% na comparação com 2024. No ranking nacional, a Bahia ficou atrás apenas de São Paulo, que abriu 311.228 postos (+2,17%), e



Investimento do Estado é refletido em trabalho: foram quase 95 mil em 2025

do Rio de Janeiro, com 100.920 (+2,60%). Quando o recorte é proporcional, a Bahia se destaca: cresceu mais do que os dois estados do Sudeste.

por 54.459 novos empregos. Na sequência aparecem a indústria, com 14.829 vagas, comércio (12.748), e a construção civil (10.055). A agropecuária também fechou o ano no positivo, com 2.295 novas oportunidades.

O resultado, explica o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, Augusto Vasconcelos, é reflexo direto de uma estratégia que apostou em investimentos e políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda. “Esse conjunto de ações gerou quase 95 mil novos empregos e ampliou a renda de milhares de famílias baianas”, destacou.

Quem puxou o avanço foi o setor de serviços, responsável

SAQUE

Rogaciano Medeiros

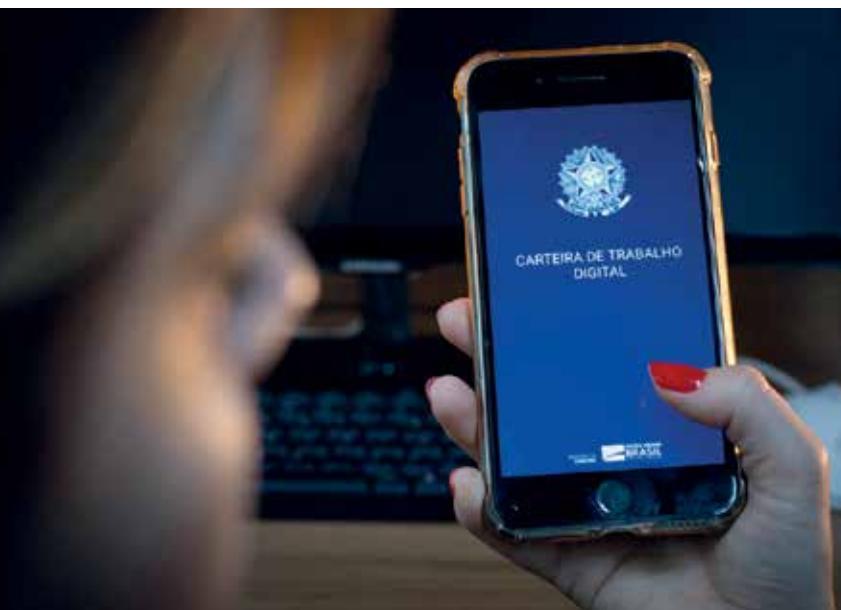
CONTROLE PÚBLICO O sistema financeiro exige acompanhamento sistemático do Estado em conjunto com organizações da sociedade. Não dá para confiar na fiscalização feita unicamente por meios de controle dominados completamente pelo mercado de capitais como Banco Central, FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Aí é dar sorte ao azar.

INSULTO MASTER Muito desaforada, a resposta do banqueiro bolsonarista Daniel Vorcaro, do escândalo bilionário do Banco Master, à PF: “Se eu tenho tantas relações políticas como dizem e se tivesse pedido a ajuda desses políticos, eu não teria a operação com o BRB negada, não estaria de tornozeleira, não seria preso”. Desafiou a Justiça e o Parlamento, chamou de corruptos.

SE INVESTIGAR ... Dois escândalos que, se investigados a fundo, vão desmoralizar muita gente poderosa, figurões falsos moralistas que só vivem falando em Deus, pátria e família. Um se refere às fraudes bilionárias do Banco Master, do dublê de banqueiro e pastor Daniel Vorcaro, e o outro as investigações do orçamento secreto. Põem no olho do furacão as elites econômica e política.

BANDAS PODRES Quem tiver dúvida, é só conferir. Tudo que acontece de ruim para o Brasil e os brasileiros geralmente envolve as mãos sujas, de sofrimento, dor e sangue, do sistema financeiro e do agronegócio. Dois setores da sociedade altamente nocivos ao aperfeiçoamento da democracia social, à afirmação dos princípios republicanos e de civilidade. Bandas podres da economia.

SÃO PLUTOCRÁTICOS É possível desassociar a oligarquia rural e os bancos da trama golpista que levou o ex-presidente, generais e auxiliares à prisão? Afinal, elegeram Bolsonaro e o sustentam até hoje. Dá para inocentar o sistema financeiro e o agronegócio dos desmatamentos, das agressões ao meio ambiente? Da rejeição à taxação dos super-ricos? São segmentos plutocráticos até o talo.



Em três anos de governo Lula, país gerou quase 5 milhões de novas vagas

Recorde de carteira assinada

UMA das mais frequentes mentiras promovidas pela extrema direita bolsonarista é de que programas de inclusão social como o Bolsa Família geram acomodação, mesmo quando os dados apontam enfaticamente a direção contrária, como o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo o levantamento, o Brasil fechou 2025 com o saldo

positivo de 1,27 milhão de empregos formais. Com o resultado do ano passado, o governo Lula gerou mais de 4,46 milhões de empregos desde 2023. É a retomada de um sonho para milhões de família.

O desemprego em 2025 ficou em 5,6%, a menor taxa já registrada na série histórica da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). Já o salário real médio de admissão em dezembro foi de R\$ 2.303,78.